



# O CONE SUL E A CONJUNTURA INTERNACIONAL

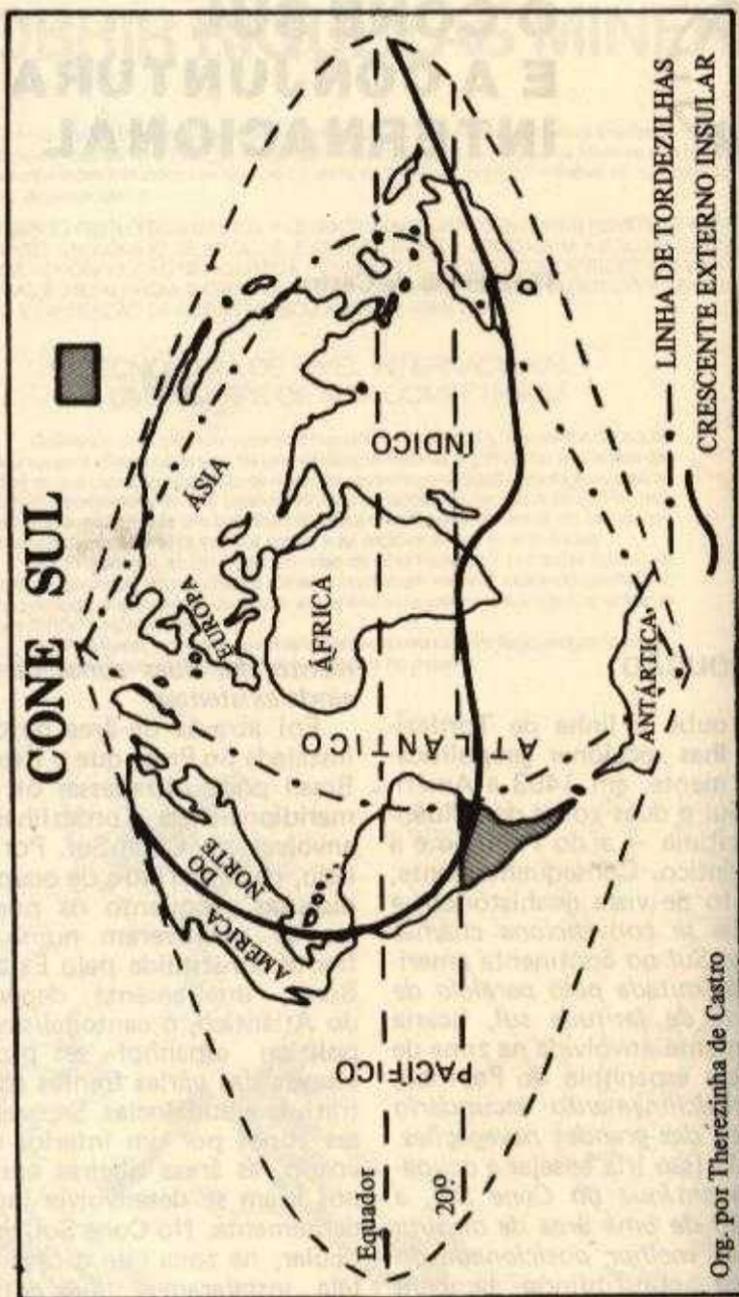
Therezinha de Castro

## INTRODUÇÃO

**C**oube a linha de Tordezilhias sectionar geopoliticamente, em 1493 a América do Sul e duas zonas de influência marítima — a do Pacífico e a do Atlântico. Conseqüentemente, do ponto de vista geohistórico, a área que se convencionou chamar de *Cone Sul* no continente americano, delimitada pelo paralelo de 20 graus de latitude sul, ficaria praticamente envolvida na zona de influência espanhola do Pacífico, num posicionamento secundário na época das grandes navegações. (Mapa 1) Isso iria ensejar a ocupação descontínua do Cone Sul, a formação de uma área de disputa na região melhor posicionada do Atlântico, constituindo também o fator remoto para o estabeleci-

*mento das duas zonas de tensão ainda existentes.*

Foi através da área de disputa instalada no Prata que o Estado do Brasil pôde ultrapassar os limites meridionais de Tordezilhias e se envolver no Cone Sul. Por outro lado, neste período de ocupação e disputas, enquanto os portugueses se mantiveram numa única frente constituída pelo Estado do Brasil, inteiramente dependente do Atlântico, o cantonalismo geopolítico espanhol se projetava através das várias frentes administrativas e audiências. Separadas essas zonas por um interior despovoado, as áreas ribeiras aos oceanos iriam se desenvolver independentemente. No Cone Sul, em particular, na zona que tocava a Castela, instalaram-se duas entidades administrativas — a *Capitania do*



*Chile e o Vice Reino do Prata, desmembrados do Vice Reino do Peru.* A partir de então se acentuaria o isolamento do Chile, mas não a do Vice Reino do Prata, dotado em seus limites de duas frentes — a maior no Atlântico, a outra no Pacífico, em parte da atual Província chilena de Antofagasta, até onde se estendia a autoridade da Audiência de Charcas, cidade boliviana que tem hoje o nome de Sucre.

Em conseqüência, a individualidade geohistórica alimentada pelo cantonalismo geopolítico espanhol, associada ao fator fisiográfico de um terreno montanhoso, *contribuíram para a "balcanização" do Cone Sul*, subdividindo a área em cinco países de língua espanhola.

No contexto histórico, vamos observar que as duas entidades geopolíticas formadas pelo Vice Reino do Prata e Capitania do Chile foram sempre núcleos secundários, já que a parte meridional do continente que forma o Cone Sul viveria em função da orientação mercantilista do Vice Reino do Peru, o ativo centro mineiro. Por sua vez, o próprio Vice Reino do Peru iria girar na órbita de atração do Atlântico Norte, via Istmo do Panamá, apartando-se do Pacífico. Em se tratando da área do Cone Sul, dependente do Pacífico, a ação espanhola extrapolava a própria região para se desenvolver bem mais ao norte no eixo Peru-Novas Hébridas e México-Filipinas; ficava também, por outro lado, praticamente alijada das rotas comerciais a área do Cone Sul depen-

dente do Atlântico, a não ser a região platina.

*A exclusão da mobilidade marítima* constituía, de um modo geral, *fator negativo para o Cone Sul* ao se iniciar a implantação da cultura ibérica no continente; fator negativo mesmo em presença da Rota do Estreito de Magalhães, bem menos promissora em atingir as Índias das especiarias que a Rota do Cabo. Disto se depreende ter sido *a ocupação e desenvolvimento do Cone Sul bem mais voltada para o Atlântico do que para o Pacífico*; contribuindo, conseqüentemente, para o estabelecimento de *uma zona de tensão na foz do Prata*, transformada sobretudo a partir de 1680 num processo dinâmico de domínio da bacia hidrográfica entre portugueses e espanhóis. Zona de tensão que se manteria até fins do século XIX quando no Cone Sul já coexistiam o Brasil ao lado de uma América Hispânica "balcanizada" com a Argentina, o Chile, o Uruguai, o Paraguai e a Bolívia.

No âmbito do Cone Sul, em se tratando do *fenômeno da disjunção geopolítica*, enquanto o Vice Reino do Prata se viu bem mais envolvido na contenda pela posse da Bacia Platina, a Capitania do Chile tomava a si o processo inicial da exploração da região transandina da Patagônia. Por sua quase marginalização dentro da mobilidade marítima, embora hoje incluída no domínio político da Argentina, a Patagônia se mantém como zona geopolítica neutra. É que Buenos Aires, desde o passado, vem se constituindo num au-

têntico terminal de rotas no Atlântico, mantendo praticamente ociosos 80% de seu litoral para o âmbito internacional. *O dinamismo marítimo do Cone Sul no Atlântico se atém ao eixo da Bacia do Prata*, onde o Brasil instalou os seus *Corredores de Exportação*, que, extrapolando o complexo hidrográfico, atinge Vitória.

Fenômeno paralelo ocorre na área do Pacífico, onde o Cone Sul conta apenas com o Chile com seus 4.000 km de extensão por apenas 200 km de largura máxima. O núcleo mais ativo deste país-negra se concentra no chamado *Vale Central onde vivem 90% da população em torno do eixo Valparaíso-Santiago, também voltado para o Atlântico via transcontinental* que atinge Buenos Aires. Concluímos, pois, que as imensas distâncias marítimas não aproveitadas devidamente, tal como ocorre na Patagônia argentina, contrastando com *a atividade costeira brasileira*, se refletem no Chile, como fator altamente desfavorável.

Observa-se assim que, em se tratando do Cone Sul, zona na mais alta dependência Atlântico-Pacífico, a mentalidade marítima é mais caracterizada no Brasil; mesmo num confronto com o Chile, seu antípoda geográfico no Cone Sul, onde a mentalidade marítima deveria se impor bem mais em face do determinismo. Nesse mesmo Chile onde as grandes distâncias norte-sul dificultando o desenvolvimento, transformaram, conseqüentemente, o Vale Central no aparelho compensador dos desequilíbrios.

Já país bem mais harmônico, de forma compacta, o Uruguai, com seu litoral de águas pouco profundas, também se vê afastado da mentalidade marítima, mantendo em Montevidéu o seu núcleo de predominância não apenas geoeconômica, como ainda geohistórica, geopolítica e geoestratégica. A implantação de Montevidéu (1726) como praça-forte espanhola teve por finalidade geoestratégica impedir a expansão dos portugueses, sitiando-os na Colônia do Sacramento, em posicionamento mais interiorizado no Prata. Em contrapartida, para impedir que o núcleo de Montevidéu abrangesse área maior, o governo português mandou povoar a Colônia do Rio Grande de S. Pedro (atual Estado do Rio Grande do Sul) a partir de 1737.

Conclui-se, então, que do ponto de vista geopolítico, o desejo de domínio do Estuário do Prata, zona de importância vital no Cone Sul, desencadeou todo um processo secular de lutas no Uruguai, apressando o povoamento do Rio Grande do Sul, concedendo ao Brasil um território mais além de Tordezilhas, cujos limites paravam em Santa Catarina.

Em 1870 o ambiente de coexistência afastaria do Prata, foco de três séculos de lutas, as idéias de domínio da bacia. Mesmo afastado da foz, o Brasil não se manteve alheio a essa bacia cujos rios formadores — o Paraguai, o Paraná e o Uruguai — têm em seu território suas respectivas nascentes. Exceituando-se o Chile, que não se integra nessa bacia, *os demais países*

*do Cone Sul estão ligados desde 1969 por um acordo de cooperação e desenvolvimento — o Tratado da Bacia do Prata.*

Principal porta de entrada para o hinterland do Cone Sul, a Bacia do Prata se apresentou até os anos 60 dentro do dinâmico eixo natural norte-sul, que, com a atração em face do determinismo, induzia os países interiorizados — Bolívia e Paraguai, a depender da Argentina e Uruguai detentores da foz, para suas saídas diretas rumo Atlântico. Dentro, porém, do enfoque geopolítico de que a chave de controle da bacia se encontrava no Paraguai, tornou-se possível a implantação do eixo transversal de saída dos dois países interiores também pela costa brasileira. Eixo que se positivou tendo em vista que das sete fronteiras binacionais coexistentes no âmbito da Bacia do Prata, o Brasil, tal como a Argentina, se envolve em quatro delas marcando, pois, os dois países suas presenças constantes nessa sub-região do Cone Sul.

Assim, *ao geocentrismo da foz conseguiram se impor as várias saídas que dinamizaram o litoral brasileiro no Cone Sul.* Aos Corredores de Exportação do Rio Grande, Paranaguá e Santos, veio se juntar também o de Vitória, desmarginalizando-se vasta área do interior do Cone Sul, que, embora delimitada pelo paralelo de 20 graus, avança pouco além do enlace Corumbá-Santa Cruz de la Sierra, buscando as nascentes do Prata.

Dentro, porém da política integracionista da área interiorizada do Cone Sul, o Brasil tem que se

ater ao contraste. Contraste que mostra o Paraguai com o seu ecúmeno estatal mais voltado para o Brasil, e que, sendo país de planície, integrado totalmente ao Prata, numa caracterizada mesopotâmia, facilita mais os contactos com o nosso território. Já a Bolívia, com seu ecúmeno estatal no altiplano mais dependente do Pacífico, via Cochabamba-Arica, apresenta sua área geopolítica neutra voltada para o Brasil numa atração atlântica bem menor que a do Paraguai.

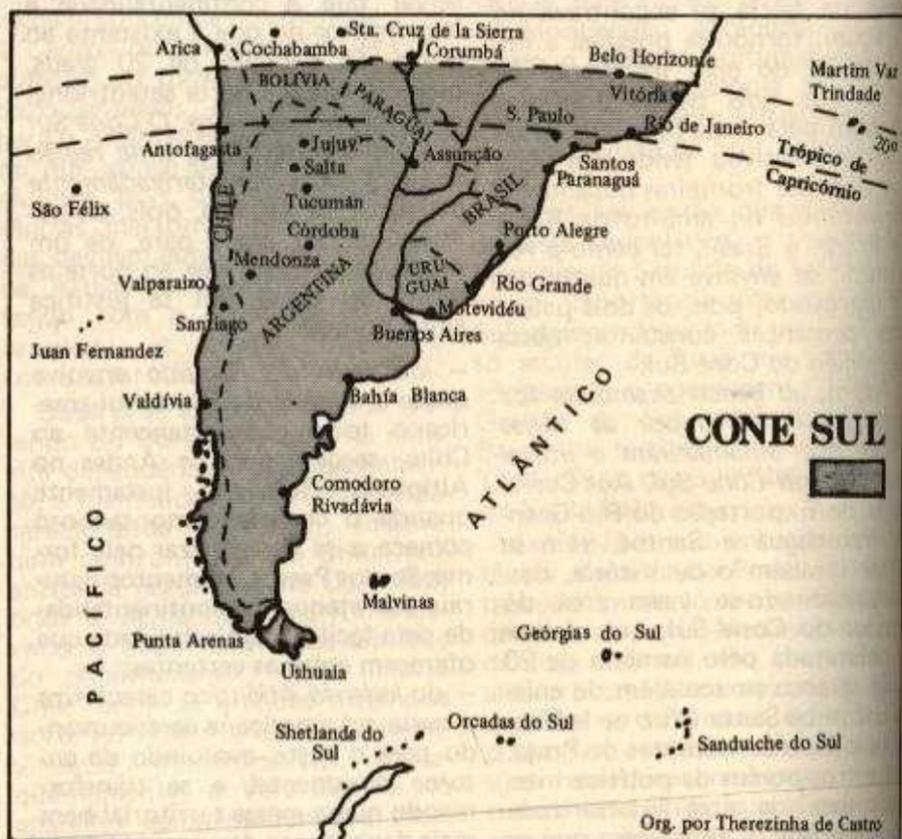
Do exposto, mesmo diante dos países interiorizados, podemos observar que a continentalidade é bem menor do que a existente ao norte do paralelo de 20 graus, quando, em sua parte setentrional o continente se alarga. *O Cone Sul é, conseqüentemente, uma região de influência caracterizadamente marítima.* A escolha, pois, do paralelo de 20 graus para, de um modo geral, delimitar ao norte as terras do Cone Sul se justifica ainda porque:

— *do lado do Pacífico* envolve quase a metade do litoral sul-americano todo ele pertencente ao Chile, seccionando os Andes no Altiplano Boliviano justamente quando o complexo montanhoso começa a se caracterizar pela formação dos Passos, elementos naturais que atenuam a continentalidade pela fácil comunicabilidade que oferecem entre as vertentes;

— *do lado do Atlântico* caracteriza a costa sul-americana se encurvando para o oeste, evoluindo do entorce continental e se transformando numa massa territorial bem mais dependente dos oceanos.

O Cone Sul envolve grosso modo o Chile, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai. O Brasil, com interesses diretos também acima do paralelo de 20 graus só se integra parcialmente no Cone Sul; mas é aí que tem o seu ecúmeno estatal, bem como o seu núcleo vital no triângulo geopolítico formado por S. Paulo-Rio de Janeiro-Belo Horizonte. Enquanto a presença da Bolívia no Cone Sul, particularmente bem menos efetiva, se caracteriza notadamente através dos pólos de atração de seus vizinhos com saídas para o mar. (Mapa 2)

Nesse conjunto, o papel do Brasil é importante a despeito de seu território não atingir como o do Chile e da Argentina, o extremo sul. É que o *Cone Sul* como um *apêndice continental* tem seu valor *geoestratégico pela cunha que faz no Atlântico-Pacífico*; e, embora não chegue até a região dos canais e estreitos, nesse apêndice, a participação do Brasil é essencial quer pelo manejo ativo que exerce na costa atlântica, quer pela atração dinâmica leste-oeste que mantém no âmbito da Bacia do Prata.



## ZONA DE PROTEÇÃO

Observando-se as mais diferentes projeções cartográficas do Cone Sul veremos sempre *uma constante em sua zona contígua* — a parte da *Antártica Sul-Americana com os arquipélagos sub-antárticos, a África do Sul, e, num posicionamento mais remoto, a Austrália*. (Mapa 3) E, nesse cenário geral, o Cone Sul se destaca como uma cunha natural que se projeta em direção da Antártica. Essa cunha, terminal do continente sul-americano, além do *Estreito de Drake* com águas internacionais, domina *Magalhães* e *Beagle* com águas territoriais, na mais intrincada e variada comunicação entre o Atlântico e o Pacífico.

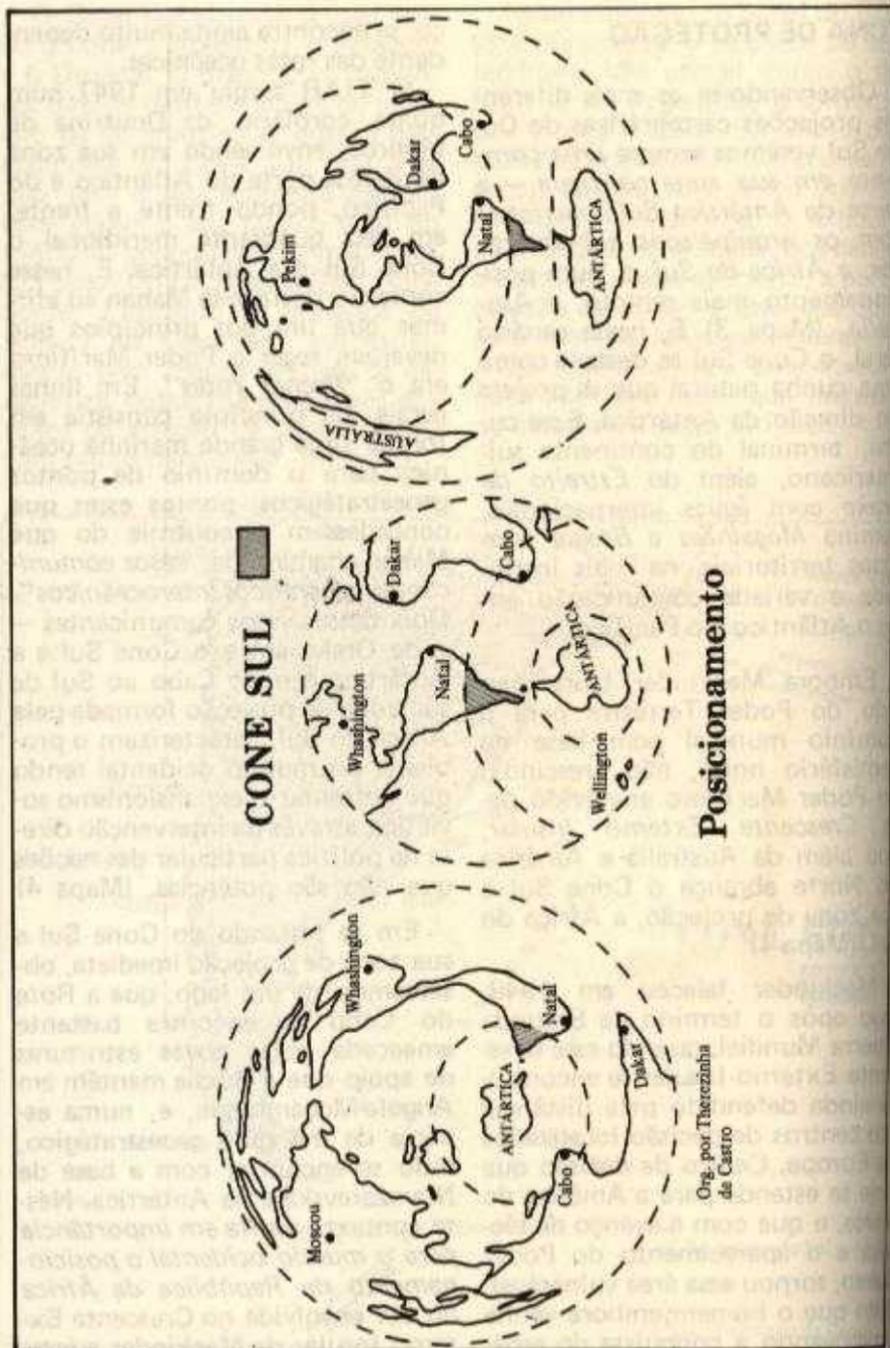
Embora Mackinder tenha partido do Poder Terrestre para o domínio mundial com base no hemisfério norte, não prescindiu do Poder Marítimo envolvido pelo *Crescente Externo Insular*, que além da Austrália e América do Norte abrange o Cone Sul e sua zona de projeção, a África do Sul. (Mapa 4)

Mackinder faleceu em 1946, logo após o término da Segunda Guerra Mundial, quando esse Crescente Externo Insular se encontrava ainda defendido pela distância dos centros de decisão localizados na Europa. Centro de decisão que hoje se estende para a América do Norte, e que com o avanço da técnica e o aparecimento do Poder Aéreo, tornou essa área vulnerável, visto que o homem, embora venha promovendo a conquista do espa-

ço, se encontra ainda muito dependente das rotas oceânicas.

O TIAR surgiu em 1947 num quase corolário da Doutrina de Monroe, envolvendo em sua zona de defesa parte do Atlântico e do Pacífico, pondo frente a frente, em seu quadrante meridional o Cone Sul e a Antártica. E, nesse contexto destaca-se Mahan ao afirmar que um dos princípios que deveriam reger o Poder Marítimo era o *"flechar rotas"*. Em linhas gerais, tal princípio consistia em formar uma grande marinha oceânica para o domínio de pontos geoestratégicos; pontos esses que concedessem o controle do que Mahan chamava de *"vasos comunicantes geográficos interoceânicos"*. Dois desses vasos comunicantes — o de Drake entre o Cone Sul e a Antártica e o do Cabo ao Sul de sua zona de projeção formada pela África do Sul, caracterizam o problema do mundo ocidental tendo que enfrentar o expansionismo soviético através da intervenção direta na política particular das nações que não são potências. (Mapa 4)

Em se tratando do Cone Sul e sua zona de projeção imediata, observamos, de um lado, que a Rota do Cabo se encontra bastante ameaçada pelas novas estruturas de apoio que a Rússia mantém em Angola-Moçambique, e, numa espécie de triângulo geoestratégico, indo se encontrar com a base de Novozarevskaia na Antártica. Neste contexto *avulta em importância para o mundo ocidental o posicionamento da República da África do Sul* envolvida no Crescente Externo Insular de Mackinder e *inte-*



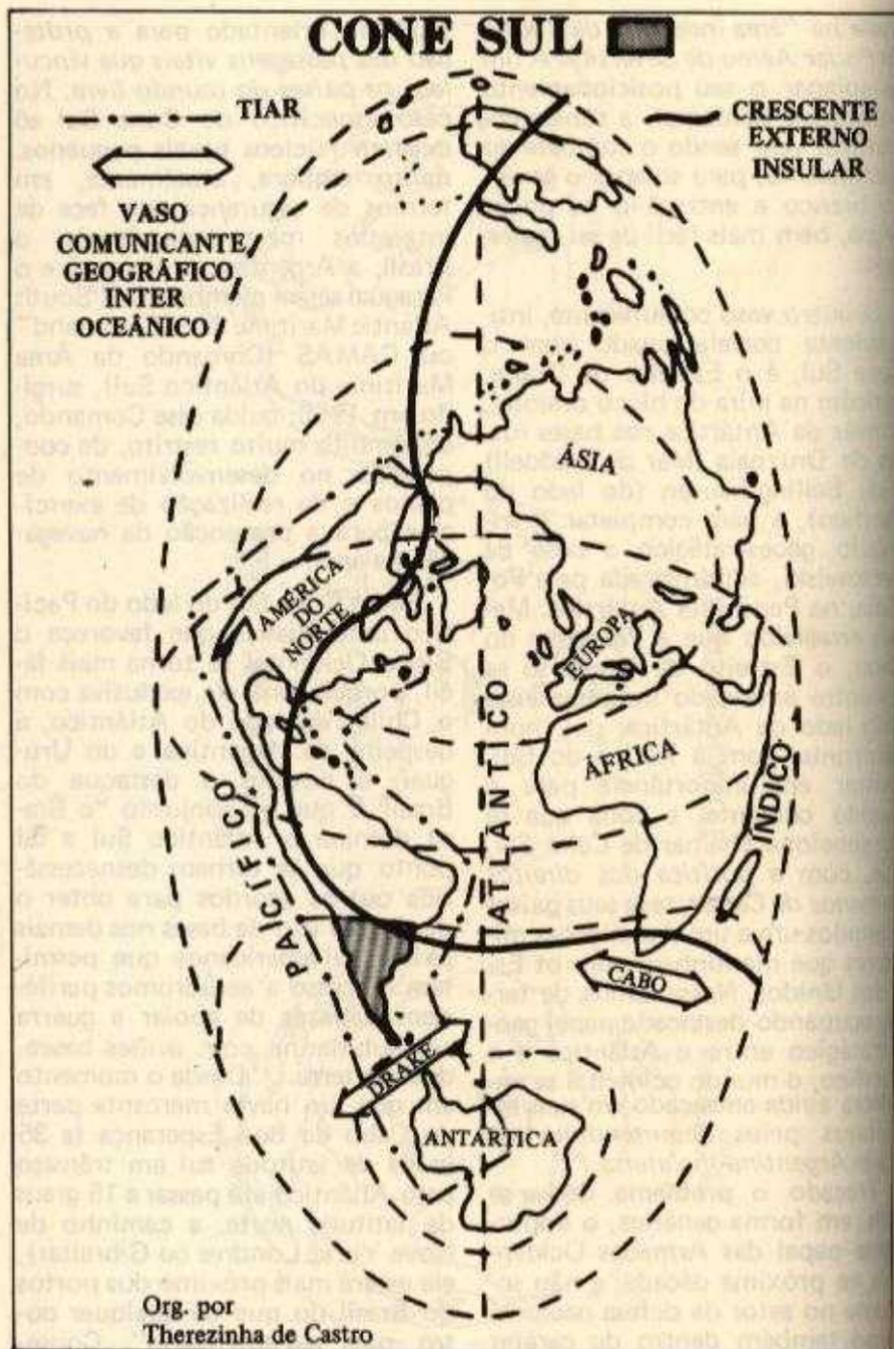
grada na "área indecisa" da Teoria do Poder Aéreo de Severisky. A fim de solapar o seu posicionamento no mundo ocidental, a tônica comunista vem sendo o combate ao *apartheid*, para solapar o governo branco e entregá-lo ao poder negro, bem mais fácil de ser manejado.

O outro vaso comunicante, intimamente correlacionado com o Cone Sul, é o Estreito de Drake, também na mira do bloco oriental, através da Antártica nas bases russas de Druznaia (Mar de Weddell) e de Bellingshausen (do lado do Pacífico), e para completar o triângulo geoestratégico a base de Arctowski, administrada pela Polônia, na Península Antártica. Menos envolvido que a Passagem do Cabo, o Estreito de Drake só se encontra ameaçado indiretamente pelo lado da Antártica; daí, num confronto com a África do Sul, avultar em importância para o mundo ocidental a zona que se convencionou chamar de *Cone Sul*, que, com a *política dos direitos humanos de Carter*, teve seus países afastados um a um das alianças militares que mantinham com os Estados Unidos. Nessa cunha de terra, ocupando destacado papel geoestratégico entre o Atlântico e o Pacífico, o mundo ocidental se encontra ainda ameaçado em suas estruturas pelos *desentendimentos Chile-Argentina-Inglaterra*.

Traçado o problema, deriva-se dele, em forma genérica, o importante papel das Armadas Ocidentais na próxima década; e não somente no setor da defesa nacional como também dentro do caráter

regional, orientado para a *proteção das passagens vitais que vinculam os países do mundo livre*. No caso específico do Cone Sul só existem núcleos navais pequenos, muito embora, atualmente, em termos de segurança, em face de interesses meramente locais, o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai sejam membros do "South Atlantic Maritime Area Command" ou CAMAS (Comando da Área Marítima do Atlântico Sul), surgido em 1956; cuida esse Comando, em âmbito muito restrito, da cooperação no desenvolvimento de planos e da realização de exercícios para a prevenção da navegação na área.

Se no Cone Sul do lado do Pacífico uma aliança que favoreça o Bloco Ocidental se torna mais fácil, porque seria ela exclusiva com o Chile, do lado do Atlântico, a despeito da Argentina e do Uruguai, é notório o destaque do Brasil. É que no conjunto "o Brasil domina o Atlântico Sul a tal ponto que se tornam desnecessários outros acordos para obter o direito ao uso de bases nos demais países sul-americanos que permitam o acesso a aeródromos periféricos capazes de apoiar a guerra anti-submarina com aviões baseados em terra. . . Desde o momento em que um navio mercante parte do Cabo da Boa Esperança (a 35 graus de latitude sul em trânsito pelo Atlântico até passar a 15 graus de latitude norte, a caminho de Nova York, Londres ou Gibraltar), ele estará mais próximo dos portos do Brasil do que de qualquer outro país sul-americano". Conse-



qüentemente, conclui o Contra-Almirante Clarence A. Hill Jr.\*, negociar acordos com apenas um país sobre o uso de bases "fornece flexibilidade máxima no movimento de aeronaves de uma base para a outra, e permite a concentração de forças em qualquer área da rota de comboio, segundo as condições o exigirem".

A OTAN possui uma estratégia defensiva para o Atlântico Norte levando os Estados Unidos a se voltarem mais para o eixo leste-oeste, em detrimento do eixo norte-sul, e, conseqüentemente, do TIAR, tal como ocorreu na crise das Malvinas, mas não na questão de Granada.

O eixo leste-oeste se enfrentou e se enfrenta no Crescente Interno Marginal, numa linha que vai da Inglaterra ao Japão atravessando o Oriente Médio e periferia da Ásia, onde estouraram conflitos localizados logo após a Segunda Guerra Mundial. Esse eixo leste-oeste terá que se preparar para se enfrentar na área do Crescente Externo Insular, onde o ponto mais vulnerável, a África Austral, se encontra na zona de projeção do Cone Sul. (Mapa 4)

## ZONAS DE ATRITO

O Cone Sul possui, em estado latente, *duas zonas de atrito*, nos seus extremos setentrional e meridional.

No *extremo setentrional* os Andes separam a Bolívia do Chile formando o Altiplano Boliviano nu-

ma largura de 650 km, com altitude de 6.500 metros; nessa área em que predomina a exploração mineira, também se envolve a Argentina através de sua região natural dos Andes Áridos.

Aliás, neste altiplano que se estende ainda bem mais acima do paralelo de 20 graus, a febre da mineração, no passado colonial, deteve os espanhóis por algum tempo, deixando quase que abandonado o setor meridional em sua área hoje chamada de Cone Sul. Por outro lado, a febre da mineração contribuiu também para que se desrespeitasse a fisiopolítica do altiplano — o norte, comandado por La Paz, de subsolo mais rico ficaria ligado ao Vice Reino do Peru, enquanto o sul, comandado por Charcas (atual Sucre), passava a girar na órbita do Vice Reino do Prata, criado em 1763. Por outro lado, encurralado pelos Andes, no Pacífico, o Chile, como Capitania Geral, passaria a viver administrativamente isolado.

Eram imprecisos os limites entre os Vice Reinos do Peru e do Prata, concorrendo, a despeito da Audiência de Charcas, para o expediente histórico de 1825 que daria origem à Bolívia; como eram igualmente imprecisos os limites entre a Capitania Geral do Chile e do Vice Reino do Prata, que começavam num deserto de areia, e se internavam pelo deserto gelado da Terra do Fogo. Eis, pois, a *origem remota da "balcanização" do Cone Sul, bem como das duas zonas de atrito envolvendo o Chile-Bolívia e o Chile-Argentina.*

\*"O Atlântico Sul" — Conferência pronunciada na Escola de Guerra Naval — Rio de Janeiro, 26 de junho de 1970.

No extremo setentrional do Cone Sul, onde se repartiam as terras do Vice Reino do Prata e da Capitania do Chile, a paisagem do altiplano é bastante seca, o ar rarefeito, enquanto os ventos fortes se associam como que para impedir a implantação de aglomerados urbanos. Na zona dos salares o litoral era, na prática, secundário: Salta e Jujuy viviam no passado do intercâmbio do ouro e da prata com o Peru. Do lado boliviano, desde o passado, nessa rica região desértica da puña, além de Sucre, a capital legal do país, destaca-se o centro de mineração de Potosi. (Mapa 5)

As serras que atravessam a zona desértica da puña apresentam entre si verdadeiras bacias; nestas, as antigas erupções vulcânicas formaram extensos depósitos de sais cobertos por argila formando os salares. São justamente esses desertos salgados ou salares que dão unidade à paisagem dessa zona setentrional do Cone Sul, hoje dividida entre a Bolívia, o Chile e a Argentina.

Os numerosos salares atraíram no passado levadas de mineiros, exploradores de sal e bório. Eram espanhóis conduzidos pelos incas através de *dois passos ou gargantas*: o de *Humauaca*, unindo os atuais territórios da Bolívia e Argentina, e o de Santa Rosa que levou os bolivianos para o litoral. De difícil acesso, mas essencial à circulação; o Passo de Santa Rosa leva hoje o sistema ferroviário boliviano até Arica, restringindo-se à vertente do Pacífico; situação que poderá mudar quando comple-

mentados os 300 km do trecho ferroviário Santa Cruz de la Sierra-Cochabamba. Foi o Passo de Humauaca que permitiu a passagem da ferrovia unindo a Argentina ao altiplano, região importante não só por seus recursos minerais como por seu posicionamento. Trata-se, dentro do sentido próprio, do *"heartland" da América do Sul* pela imunidade que sempre apresentou contra os ataques marítimos.

Mais ao sul, já fora da zona salitreira propriamente dita, o *Passo de Uspalata* é aproveitado pela transcontinental, a única do Cone Sul, que une Buenos Aires a Valparaíso.

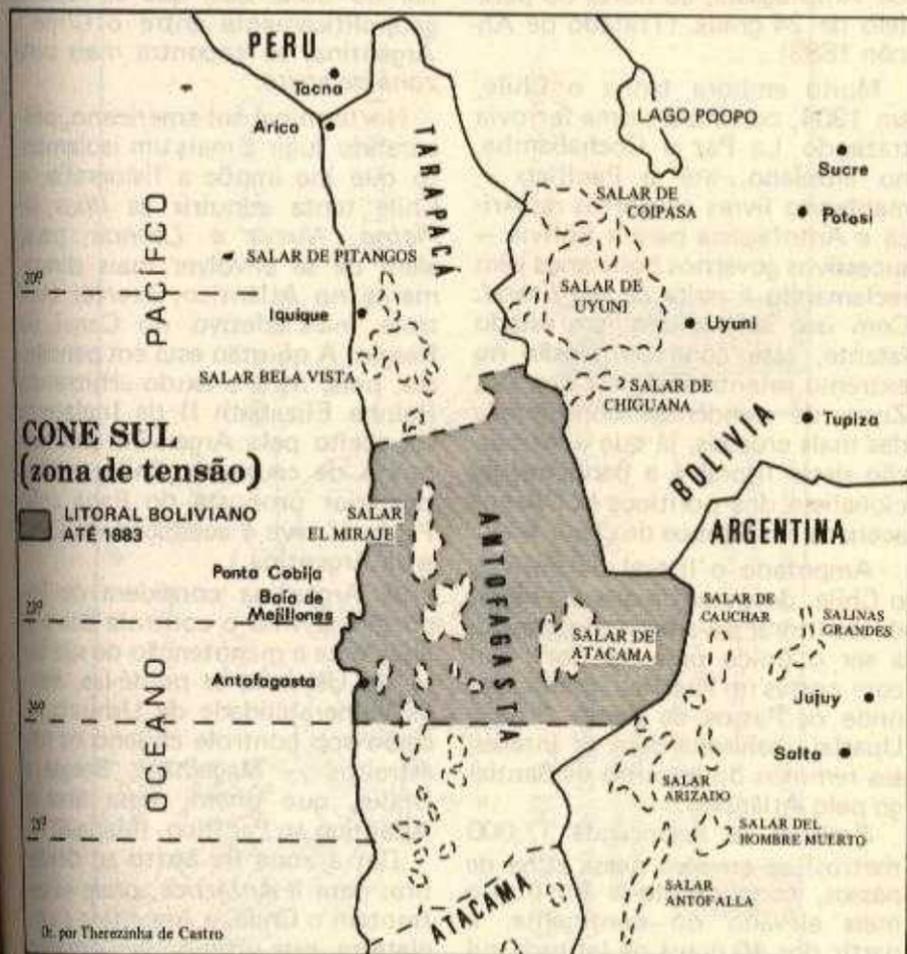
No passado colonial a Capitania do Chile esteve praticamente afastada das atividades salitreiras. No entanto, seus habitantes sempre ambicionaram estender o território para além do Deserto de Atacama, não só para propiciar maior intercâmbio com o Vice Reino do Peru, como por saberem que debaixo das areias havia pequenas pedras, que os exploradores de salitre chamavam de *"costras"*. Os salares seriam, assim, em fins do século XIX *a causa econômica da Guerra do Pacífico*, que manteve a Argentina à margem, mas além do Chile e Bolívia envolveu o Peru. A atual Província do Atacama (até onde se estendia a Capitania do Chile), é assim a zona que antecede os territórios contestados do Cone Sul, estendendo-se por Antofagasta e Tarapacá. (Mapa 5)

Em 1866, após a Guerra contra a Espanha, pela disputa das Ilhas Chinchas, foi firmada uma Convenção entre a Bolívia e o Chile,

fixando entre os dois países a fronteira pelo paralelo de 24 graus. No entanto, ante o contraste de um Chile bem mais povoado próximo a essa região salitreira e uma Bolívia com seus centros populacionais afastados, o espaço intermediário entre 23 e 25 graus foi submetido a um regime de *condo mínio*.

Os dois países deveriam explorar essa área em comum repartin-

do os lucros que adviessem dos salares. Tal regime misto transformou a referida região; a zona localizada ao sul do paralelo de 24 graus, já inteiramente absorvida pelos chilenos, mostrou necessitar do espaço vital acima do paralelo-limite, dependente politicamente da Bolívia, porém desenvolvido por capitais e mão-de-obra chilenos instalados em Antofagasta. (Mapa 5)



Em fins do século XIX, apoiada pelo Peru, a Bolívia resolveu fazer valer seus plenos direitos, descontentando o governo chileno e provocando, conseqüentemente, em 1879, a Guerra do Pacífico.

Vencedor, o Chile anexou as províncias peruanas de Tacna e Tarapacá; a primeira retornaria ao Peru em 1929. Quanto à Bolívia, ficava sem o seu litoral, integrado ao Chile como parte da Província de Antofagasta, ao norte do paralelo de 24 graus. (Tratado de Ancón 1883)

Muito embora tenha o Chile, em 1904, construído uma ferrovia trazendo La Paz e Cochabamba, no altiplano, até o Pacífico — mantendo livres os portos de Arica e Antofagasta para a Bolívia — sucessivos governos bolivianos vêm reclamando a volta de seu litoral. Com isso se mantém, em estado latente, essa zona de tensão no extremo setentrional do Cone Sul. Zona de pendência considerada das mais cruciais, já que a devolução desse litoral é a bandeira nacionalista dos políticos bolivianos acenada em tempos de crise.

Amputado o litoral da Bolívia, o Chile, detentor de quase a metade do litoral sul-americano, passou a ser o único país do Cone Sul com costas no Pacífico, numa área onde os Passos de Santa Rosa e Upaslata salvaguardam os interesses remotos do governo de Santiago pelo Atlântico.

Embora o Aconcágua (7.000 metros) se envolva nessa zona de passos, constituindo-se no ponto mais elevado do continente, a partir dos 40 graus de latitude sul

as montanhas que se repartem numa *intrincada fronteira artificial entre o Chile e a Argentina* vão perdendo em altitude e se multiplicando em lagos e ilhas. Na Terra do Fogo desaparece a Cordilheira dos Andes; as terras baixas apresentam-se então com suave inclinação para o Atlântico formando emaranhada *rede de estreitos labirínticos povoada por numerosas ilhas*. (Mapa 6) Nessa área meridional do Cone Sul, que se reparte geopoliticamente entre o Chile e Argentina, se encontra mais uma *zona de atrito*.

No terminal sul-americano, procurando fugir a mais um isolamento que lhe impõe a fisiografia, o Chile tenta adquirir as *Ilhas de Picton, Nueva e Lennox* para, além de se envolver mais diretamente no Atlântico, exercer controle mais efetivo do Canal de Beagle. A questão está em pendência, pois, nem o laudo arbitral da Rainha Elizabeth II da Inglaterra foi aceito pela Argentina por dar ganho de causa ao Chile; nem a posterior proposta do Papa João Paulo II teve a aceitação do Chile e da Argentina.

A Argentina considera de importância vital o controle das três ilhas para a manutenção de sua base de Ushuaia; se perdê-las, além da vulnerabilidade de Ushuaia, ficarão sob controle chileno os três estreitos — Magalhães, Beagle e Drake, que unem nessa área o Atlântico ao Pacífico. (Mapa 6)

Daí a zona de atrito se desdobra: para a *Antártica*, onde se enfrentam o Chile, a Argentina e a Inglaterra, este último, país estranho



ao Cone Sul; e para as *Malvinas* disputadas pelos ingleses e argentinos. A disputa se estende aos *arquipélagos sub-antárticos* localizados no Atlântico, todos de soberanias contestadas, mas de valor geoestratégico por escalonarem o Cone Sul. (Mapa 2)

em 1982 o Arquipélago das Malvinas foi palco de guerra entre a Argentina e a Inglaterra, cobijado como bastião avançado do Cone Sul, a uma distância de cerca de 700 km do litoral argentino, conseqüentemente ponto de guarda do Estreito de Magalhães. (Mapa

6) O referido arquipélago transformou-se em *vital ponto geoestratégico, ante o caminho incerto que poderá vir a tomar o Canal do Panamá* no âmbito explosivo da América Central, no controle do trânsito Atlântico-Pacífico.

No caso das Malvinas, se não são conflitantes, pelo menos são divergentes os interesses do Brasil e dos Estados Unidos. É que não nos é interessante a transformação desse arquipélago (numa zona de quatro outros de soberanias contestadas), em base de apoio a um dispositivo de defesa no Atlântico Sul, pois com isto se estenderia ao âmbito regional do Cone Sul o confronto entre as duas superpotências. No entanto, a conjuntura das Malvinas no âmbito do Cone Sul nos obriga a rever nossas diretrizes; embora não queiramos que o Atlântico Sul se transforme numa área de confronto, temos que nos ater à realidade de que o flechamento de rotas é fato que se concretizou na Antártica Sul-Americana, dentro da zona de

defesa do TIAR, diante de Drake, em plena retaguarda do Cone Sul.

## CONCLUSÃO

Cunha entre o *Atlântico e o Pacífico*, o Cone Sul depende indiretamente dos acontecimentos que venham a ocorrer na zona de projeção da África do Sul que une o *Atlântico ao Índico*. E se, na passagem Atlântico-Índico, avulta o triângulo geoestratégico formado pelas Ilhas de Santa Helena, Ascensão e Tristão da Cunha, no contexto Atlântico-Pacífico, já envolvendo o Cone Sul, a presença física da OTAN se limita às Malvinas. Num confronto, pois, observamos que enquanto a Groenlândia que originariamente integrou o TIAR, se encontra hoje fora dele por pertencer à Dinamarca, país europeu da OTAN; já as Malvinas, em poder da Inglaterra, são mantidas juntamente com a Antártica Americana e demais arquipélagos sub-antárticos por dois motivos principais. O primeiro, por não haver um congênera da OTAN no Atlântico Sul; o segundo pela Declaração que consta nas Atas Finais da Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança do Continente. Através dessa Declaração de 1947, a Delegação argentina, não reconhecendo a existência de colônias ou possessões de países europeus dentro da zona de segurança do TIAR delimitada pelo Artigo 4º, reservando e mantendo seus direitos nessa zona, mantém inclusa toda a Antártica Sul-Americana, Malvinas, Geórgias do Sul, Orcadas

do Sul, Shetlands do Sul e Sandwiches do Sul. (Mapa 2)

Embora os Estados Unidos continuem a ser a maior nação da Terra, sua segurança não é tão absoluta como era nos primeiros anos após a Segunda Guerra Mundial; enquanto a Rússia emerge como super-potência, surgem personagens transnacionais e entidades governamentais. Conseqüentemente, dentro do contexto da incerteza, a capacidade de influenciar os acontecimentos em nível regional, tais como os que vêm ocorrendo no Cone Sul — *Beagle, Malvinas e o desejo constante da Bolívia de uma saída para o mar*, no território que herdou geohistóricamente através do litoral do Vice Reino do Prata no Pacífico, se complicaram tendo em vista a difusão do poder.

Ao se iniciar o século XX a defesa dos Estados Unidos fora de seu território abrangia somente o Caribe; na década de 30, tendo em vista a tensão internacional, o seu perímetro de segurança no Atlântico se estendeu até o nordeste brasileiro. Em fevereiro/março de 1945, por ocasião da Conferência de Chapultepec, tendo em vista o inimigo que se esboçara no Eixo, os Estados Unidos insistiram na aprovação da Resolução "Assistência Recíproca e Solidariedade Americana", implementada de forma mais consistente no TIAR. Esse Tratado, assinado no Rio de Janeiro em 1947, já com a Rússia na qualidade de "sujeito oculto", tinha por finalidade a segurança do hemisfério contra qualquer projeção transoceânica de

um poder ofensivo maior que o dos Estados Unidos; daí haver surgido dois anos depois, no então flanco desguarnecido do hemisfério norte, o complemento da OTAN. Hoje, transcorridos quase quarenta anos, a situação se inverteu, visto que é o TIAR que se complementa, quando é possível, na OTAN.

O TIAR tem no Cone Sul a sua ponta de lança mas não conta com a estrutura da OTAN, nem possui as atenções e o apoio dos Estados Unidos, que a cada dia aumentam o seu "vazio" nessa área. O que já não ocorre com a Rússia, defensora incondicional (até mesmo por via indireta, quando não lhe é interessante agir abertamente) dos regimes que se colocam sob sua proteção, tal como ocorreu com o regime de Salvador Allende no Chile.

No momento em que ocorrem "aberturas políticas" nos países do Cone Sul, durante quase uma década ou mais sob governos militares de direita, urge que os Estados Unidos se precavendam. Isto porque o Cone Sul domina geoesstratégicamente a área do Crescente Externo Insular, posicionado no controvertido eixo mais meridional do Atlântico-Pacífico, oceanos em zona de projeção remota, mas que nem por isso deixaria de afetar o território nacional estadunidense.

Quer pelo aspecto geopolítico, quer pelo fisiopolítico, o Cone Sul está mais voltado para o Atlântico Sul, até bem pouco tempo oceano esquecido no teatro potencial de operações; situação que, no entanto, mudou a zona de projeção afri-

cana caindo na "pinça soviética" e o conseqüente sucesso da Doutrina Gorshkov. Nessa conjuntura os países do Cone Sul, e mais des-

tacadamente o Brasil, considerando-se baluartes da minada retaguarda do sistema ocidental, pretendem valer suas posições.



*Therezinha de Castro — Bacharel e Licenciada em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual UFRJ). Especialização: Geopolítica e Relações Internacionais. Além de outras obras, escreveu "Rumo à Antártica", em que defende os direitos do Brasil no Continente Antártico, "História da Civilização Brasileira", "Atlas-Texto de Geopolítica do Brasil", "África — Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais".*